

Quadrante – a revolta de uma elite perante a crise da universidade*

Por Ana Cabrera**

Através do estudo dos 12 números de *Quadrante*, órgão da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, publicado entre 1958-62, procura-se, a partir de um enfoque nos conteúdos, na acção dos quadros redactoriais e na selecção dos seus colaboradores, compreender as estratégias de informação deste periódico, o envolvimento nas lutas estudantis e a linha de acção de massas da Associação Académica de Direito.

1. A apresentação

Publicado ininterruptamente entre Julho de 1958 e 1962, *Quadrante* é uma publicação não periódica. Ao contrário do que acontecia com a imprensa periódica, em que nenhum jornal era publicado sem ser visado pela censura, na imprensa não periódica a censura actuava *a posteriori*. As penas aplicadas, quando a publicação incorria na edição de material ilícito, iam desde a responsabilização criminal dos directores, à aplicação de multas ou suspensão definitiva. Na verdade, era uma situação de maior risco para o quadro redactorial, que obrigava a uma estreita supervisão e, de certa forma a uma auto-censura em relação a matérias que se sabia serem proibidas. No entanto, para o meio estudantil, o estatuto de publicação não periódica, facultava alguma margem de manobra sobretudo se o jornal cultivasse uma variedade de géneros literários e jornalísticos e equilibrasse os conteúdos de natureza académica com a apresentação de trabalhos mais centrados em questões culturais.

Os doze números publicados não têm a mesma periodicidade, assim, temos um número para cada um dos anos de 1958 e 1959 e, nos anos seguintes, três números por ano, embora em meses diferentes. Os dois primeiros *Quadrante* são revistas com 40 a 42 páginas. A partir do número 3 *Quadrante* assume o formato de jornal e é apresentado normalmente com 16 páginas, excepto o último número (n.º 12, 1962) que aparece com 24 páginas.

Quadrante apresenta-se assim aos seus leitores no primeiro número:

Quadrante nasceu não só porque era uma aspiração antiga como também porque tinha um lugar a preencher na vida universitária e esse lugar e muitas mais circunstâncias determinavam imperiosamente a necessidade do seu aparecimento. Nasceu porque a vida universitária cada vez mais intensa e consciente havia que dar resposta e continuidade. Um órgão de imprensa é dos meios modernos de difusão mais úteis e válidos. Quadrante nasce em

* Comunicação apresentada no Ciclo de Colóquios “**Jornais e Jornalistas Portugueses: História e Memória**”. I Colóquio: “**A Imprensa Académica e Estudantil (Século XIX e XX)**”. Sessão 3: Estado Novo e Período Pós-Revolucionário (13 de Fevereiro de 2003 - Hemeroteca Municipal de Lisboa).

** Centro Média e Jornalismo.

1958, a meio de um século espantoso de vida e mutação. Por isso nada mais natural que determinado sector populacional dum país possua meios de se localizar pela discussão e pelo debate dos seus problemas.

Quadrante está aqui para isso mesmo. Para que todos os universitários portugueses tenham onde se pronunciar sobre aquilo que os preocupa essencialmente. Para que todos os estudantes dêem expansão à sua própria maneira de ser, com o propósito sereno mas firme de colaborarem numa vida nacional mais próspera e consciencializada. (Quadrante, N.º 1, 1958, p. 2)

Os propósitos dos estudantes da AADL são evocados com serenidade e bom senso, mas testemunham claramente a necessidade de criar um espaço de debate necessário à academia, tanto mais que diagnosticam a existência de uma crescente tomada de consciência no meio estudantil.

O movimento associativo distribuía-se, embora de forma desigual, pelas academias das três principais cidades do país: em Lisboa havia oito associações académicas, em Coimbra uma que englobava todas as Faculdades, no Porto, a situação era mais débil, só existia a Associação Académica da Faculdade de Farmácia. Em 1958 publicavam-se poucos periódicos universitários: *Via Latina* da Associação Académica de Coimbra, *AEIST* da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, o *Boletim do Orfeão do Porto*, e com um carácter mais alinhado *Encontro* jornal da Juventude Universitária Católica (JUC). A natureza totalitária do Estado Novo, o aparelho repressivo e censório a ele associado, e as estruturas de propaganda, enquadramento e difusão do ideário salazarista explicam a ainda débil estrutura associativa e, naturalmente, uma fraca representação dos jornais académicos.

2. Contexto político do aparecimento de *Quadrante*

Quadrante surge num contexto de enfraquecimento do Estado Novo. As últimas eleições presidenciais abalaram fortemente as estruturas do regime, não naturalmente pelos resultados que foram manipulados, mas sobretudo pela agitação e adesão popular que a candidatura de Humberto Delgado mobilizou e pela unidade das forças oposicionistas que motivou. Foi em torno desta candidatura que muitos dos estudantes envolvidos na crise académica de 62 se formaram e se sentiram motivados para dar os primeiros passos na oposição ao regime.

A carta que D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, escreve a Salazar (1958) criticando diversos aspectos da realidade política, económica e social do país contribuiu para fragmentar um dos apoios mais estáveis com que Salazar sempre tinha contado. Havia agora vozes discordantes no seio da comunidade católica.

Outros factos contribuíram para o despertar das consciências e constituíram uma forte motivação para a acção: a 3 de Janeiro de 1960 dá-se a fuga de dez militantes comunistas presos no Forte de Peniche, entre os quais se

encontrava Álvaro Cunhal. Dois outros episódios marcaram profundamente este período e não escaparam ao conhecimento do público, apesar do enorme cerco da censura à imprensa: o assalto ao Paquete Santa Maria (21 de Janeiro de 1961) e mais tarde a tentativa de golpe de Estado liderada pelo general Júlio Botelho Moniz (Abril de 1961).

Mas foi a guerra colonial que mais marcou a sociedade dos anos sessenta e concorreu, decisivamente, para assinalar o princípio do fim do Estado Novo. Posta em causa nas Nações Unidas “a missão civilizadora de Portugal”, o início da guerra colonial, associado aos diversos acontecimentos adversos mencionados anteriormente, propiciaram o endurecimento do regime, com recurso à retórica legitimadora construída em torno de diversas iniciativas, de estruturas governamentais e de tantos outros discursos públicos, e, naturalmente, no reforço das medidas de repressão que incidem também sobre os estudantes.

Este contexto influenciou profundamente os estudantes universitários, sobretudo a acção de Humberto Delgado pela novidade que imprimiu à campanha, pelos contactos com as massas, pela coragem e emotividade das afirmações proferidas.

Por outro lado, a luta vitoriosa dos estudantes contra o decreto 40 900 de 1956 teve uma enorme repercussão na organização e na unidade estudantil e marca indubitavelmente o início da contestação universitária. Algumas Associações de Estudantes vão sofrer alterações nos seus quadros dirigentes em função de uma escolha que recai cada vez entre os quadros oposicionistas ao regime. A Associação de Estudantes de Direito encontrava-se exactamente nesta situação.

3. De revista a jornal

Podemos falar não de um mas de dois *Quadrante*. Embora os propósitos da publicação permaneçam idênticos, verificam-se alterações no formato da edição, na periodicidade, e na organização dos conteúdos. Os dois primeiros números (1958, 1959) são apresentados sob a forma de revista, com uma periodicidade anual e um número de páginas que varia entre quarenta e quarenta e três e uma capa colorida. Os conteúdos são mais gerais mas, em qualquer dos dois números, surgem artigos acerca do movimento associativo, problemas universitários, abordagens teóricas sobre questões de direito, poesia, conto, ensaio, crítica literária.

A partir do número 3 (Janeiro de 1960), *Quadrante* adquire a forma de jornal, com dezasseis páginas (excepto o n.º 12 que tem 24), publicam-se três números por ano. Por sua vez, os conteúdos são mais precisos, mais estrategicamente direccionados e verifica-se que existe uma planificação das três edições previstas para cada ano lectivo.

O jornal é da responsabilidade da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, cuja direcção é eleita anualmente e não são visíveis, a partir do

número três, alterações nos objectivos do jornal, nem no seu enquadramento político e ideológico, como veremos de seguida. A escolha de um formato mais popular obedeceu seguramente a uma necessidade de estabelecer uma comunicação mais sistemática e directa e firmar, dessa forma, uma maior proximidade com o público universitário. O formato de jornal correspondia mais a essa finalidade. Mais barato, cada jornal tinha o preço de 2\$00, situação que se manterá até 1962, possibilitava o aumento de edições por ano e contribuía assim para uma maior divulgação do ideário no meio universitário.

Quadrante não deixa de ter alguns problemas. É sobretudo na paginação que mais se nota o amadorismo dos seus redactores: o editorial aparece por vezes na última página, trabalham sem limite na dimensão das peças, os textos transformam-se em extensas análises o que resulta numa paginação por vezes caótica. No entanto, o que perdem nos defeitos da paginação, ganham na qualidade dos textos e dos conteúdos.

4. O corpo redactorial

Os dois primeiros números não primaram pela estabilidade no que respeita ao corpo redactorial. Dirigido por Orlando Neves, que mais tarde virá a ingressar no corpo redactorial dos diários *A Capital* e *República* (entre 1969 e 1971), o primeiro número conta com Magalhães Mota como Editor, Levi Vermelho como Administrador, Vítor Craveiro de Castro como Administrador Adjunto, Manuel André Magro como Director Artístico (entra no jornalismo em 1960 no *Diário Popular*), Raul Mateus da Silva é o chefe de redacção, José da Costa Dias o Secretário de redacção e, como redactores, Fevereiro Mendes, Eduardo Mário Pedroso, Jorge Preto e Maria do Vale Cartaxo.

O segundo número, dirigido por Rebelo Quintal, anuncia alguma flexibilização do corpo redactorial com Francisco Ferreira Gomes e Lebre de Freitas como editores, na administração Jorge Santos, como chefe de redacção Alexandre Alvim, e como redactores Jorge Mota, Fernando Honrado e José Arnaut.

É a partir do *Quadrante* número 3 (Janeiro de 1960) que, o agora jornal, ganha estabilidade ao nível do corpo redactorial que se mantém nos quatro números publicados no ano de 1960 [n.º 4 (Fevereiro), n.º 5 (Março) e n.º 6 (Maio)]. Assim, temos José Lebre de Freitas como Director, Vasco Correia Guedes e Adriano Martins Cerqueira (este último só no n.º 5) como Editor, Clara Simões Moita como Administradora, e como redactores António Vilela e Joaquim Mestre.

Nos três números editados em 1961 [n.º 7 (Fevereiro), n.º 8 (Maio), n.º 9 (Dezembro)], verifica-se a mesma tendência mas, ao nível do quadro redactorial, o Director cede lugar a um Conselho Directivo integrado por Jorge Lebre de Freitas, Jorge Paúl, Francisco Ferreira Gomes e Sérgio Abreu Motta (nos números 8 e 9), como Editor Alberto Marques, Carlos Brito e Maria Madalena de Oliveira na

administração, e, para os números 8 e 9, um responsável pelo arranjo gráfico que é Luís Macara.

Nos três números de 1962 verifica-se nova alteração no quadro redactorial. A direcção do n.º 10 (Fevereiro de 1962) é da responsabilidade de Modesto Pereira a quem se junta Jorge Santos no número 11 (Março de 1962), os outros responsáveis mantêm-se assim: Editora é Isabel Gentil, Administrador Nuno Santos, redactores Francisco Ferreira Gomes, Jorge Pregado Liz, Jorge Santos e Vasco Graça Moura, o arranjo gráfico é da responsabilidade de Francisco Ferreira Gomes. O número 11 introduz delegados em Coimbra e no Porto: enquanto em Coimbra a delegação era assegurada por José Carlos de Vasconcelos (entra para a redacção do *Diário de Lisboa* em 1966), no Porto, Carlos Morais era o responsável. Como veremos, os conteúdos de *Quadrante* são, quanto ao interesse, transversais a todo o meio académico estudantil, por isso, a importância das delegações de Coimbra e Porto atestam a intenção de aumentar a difusão da publicação nessas academias até porque, como vimos, o número de jornais universitários nesta altura era escasso.

Quanto ao *Quadrante* n.º 12 (sem data 1962), a apresentação do quadro redactorial indica algumas precauções que não constam dos jornais anteriores (ver o quadro seguinte). Assim, Almeida Fernandes assume o cargo de Director e Editor Interino, Rui Namorado é o Chefe de Redacção, Marília Viegas Secretária da Redacção, Redactores, Almeida Faria, Helder Costa, Isabel Gentil, Joaquim Ortigão, Rui Neves, a administração é da responsabilidade de Jorge Loureiro, Luís Andrade, Manuela Camacho, a Direcção Gráfica Alfredo Barroso, a Delegação de Coimbra Correia de Campos e a do Porto a ESBAP. Por baixo da ficha técnica lê-se o seguinte: “Todos os textos assinados são da responsabilidade dos autores”. Estas precauções significam a consciência, por parte dos responsáveis, dos riscos que corriam quanto ao conteúdo deste número e não se enganavam. Este seria o último número de *Quadrante*, suspenso definitivamente pela censura.

Quadrante n.º 12 de 1962 — Quadro redactorial

Cargo	Nome
Director e editor interino	Almeida Fernandes
Chefe de redacção	Rui Namorado
Secretária de Redacção	Marília Viegas
Redactores	Almeida Faria; Helder Costa; Isabel Gentil; Joaquim Ortigão; Rui Neves
Administração	Jorge Loureiro; Luís Andrade; Manuela Camacho
Direcção Gráfica	Alfredo Barroso
Delegado em Coimbra	Correia de Campos
Delegado no Porto	ESBAP

O quadro redactorial de *Quadrante* mantém, a partir do n.º 3, estabilidade através da permanência de estudantes como Jorge Santos, Francisco Ferreira

Gomes e Lebre de Freitas que mantêm cargos na redacção até ao último número. A este núcleo associam-se outros estudantes numa perspectiva de alargamento do corpo redactorial a diversos sectores universitários, fora e dentro da Faculdade de Direito. A pluralidade destes quadros redactoriais, aliada à estabilidade criada pelos elementos de ligação, não só contribuiu para dar continuidade ao projecto, como se reflectiu na qualidade do produto jornalístico. Por fim, a integração de delegações no Porto e em Coimbra expressa a vontade de alargar a penetração de *Quadrante* para além das fronteiras da Faculdade de Direito na direcção de outras academias do país.

5. Os colaboradores

É significativo o número de colaboradores cujo interesse tocam várias áreas da reflexão teórica que vão do Direito ao Movimento Associativo. No entanto, também ao nível dos colaboradores notamos uma diferença entre os dois *Quadrante*: a poesia, o ensaio, a crítica de arte literária e cinema merecem uma particular atenção nos dois primeiros números deste jornal académico. A poesia é fortemente contemplada com trabalhos de: Ferreira Gomes, Orlando Neves, Alex, Lídia Nunes, Raul Mateus, Eduardo Selva, Goulart Nogueira, Carlos Alberto Jordão, Fernando Midões, José Augusto Seabra, Marinho das Neves, no n.º 1 e Agostinho de Castro, António Cancho, Rebelo Quintal, Armando de Carvalho, Pedro Ramos de Almeida, Lita Ferreira e Alexandre Alvim, no n.º 2. Conto e novela é um outro género privilegiado, com textos de Orlando Neves, Raul Mateus, Manuel André Magro e Armando de Carvalho. A crítica literária, de arte e de cinema contam com textos de Levi Vermelho, Álvaro Lapa, Jorge Lebre de Freitas, Manuel Rio de Carvalho, Francisco Ferreira Gomes. Assuntos acerca do ensino e do Movimento Associativo (M.A.) estão em franca minoria: sobre o primeiro escreve Orlando Neves e José Augusto Seabra, sobre o M.A. um texto de José da Costa Dias (Ver o quadro seguinte). A reflexão teórica sobre o direito tem dois trabalhos da autoria de André Gonçalves Pereira, no primeiro número e Miguel Galvão Teles, no segundo.

Quadrante n.º 2 Abril de 1959 — Colaboradores por géneros ou assunto

Género	Nome
Ensino	José Augusto Seabra
Ensaio	António Vilela
Conto	Armando de Carvalho
Crítica de cinema	José Lebre de Freitas
Crítica de Arte	Manuel Rio de Carvalho; Levi Vermelho
Crítica literária	Francisco Ferreira Gomes
Texto teórico sobre direito	Miguel Galvão Teles
Poesia	Agostinho de Castro; António Cancho; Rebelo Quintal; Armando de Carvalho; Pedro Ramos de Almeida; Lita Ferreira; Alexandre Alvim

Embora a partir do n.º 4 se note que os assuntos sobre ensino e o Movimento Associativo assumem um peso muito maior (ver quadro seguinte), este jornal continua a contar com colaboradores nas áreas da poesia como Cutileiro, Fiana Pais Brandão, José Augusto Seabra, Jorge Gaspar, António Vilela, Sérgio Vieira, Luís Macara, Francisco Ferreira Gomes, Vasco Graça Moura, Terêncio Anahory, Jorge Liz, Jorge Fernandes, Rui Namorado e Ferreira Guedes. Na crítica musical colabora algumas vezes Álvaro Leon Cassuto, e Jorge Liz. Na crítica de cinema aparecem textos de Duarte Marques, José Lebre de Freitas, Humberto Belo, Luís Andrade de Pina, António Pedro de Vasconcelos e Jorge Liz. Na crítica de teatro os textos são de Joaquim Mestre, António Vilela e Francisco Ferreira Gomes. A crítica literária conta com textos de Joaquim Mestre e Vasco Pulido Valente. Reflexões teóricas sobre Direito são também habituais em alguns números, com textos de Sérgio Abreu Motta, José de Brito e Diogo Freitas do Amaral.

Quadrante n.º 4 Fevereiro de 1960 — Colaboradores por géneros ou assunto

Género	Nome
Movimento Associativo	Pedro Ramos de Almeida; José Augusto Seabra; Vasco Pulido Valente; Luís Bernardino; Humberto Belo
Ensino	José Augusto Seabra
Ensaio	Jorge Pegado Liz
Conto	Belarmino Gonçalves Martins
Crítica musical	Álvaro Leon Cassuto
Crítica de cinema	Duarte Marques
Texto teórico sobre direito	Sérgio Abreu Mota
Poesia	José Cutileiro; João Marques; Veiga Gomes

A maior colaboração situa-se exactamente nos textos acerca do Movimento Associativo e assuntos sobre o ensino. São diversos os estudantes que escrevem como, Pedro Ramos de Almeida, José Augusto Seabra, Vasco Pulido Valente, Luís Bernardino, Humberto Belo, Luís Brás Teixeira, Jorge Santos Jaime Moreira, Passos Valente, Miguel Galvão Teles, Mário Sotto Mayor Cardia, Fernando Barata, António Monsaraz, João Ataíde, José Vera Jardim, Teresa Rapazote Fernandes, José Lebre de Freitas, Jorge Santos, Francisco Ferreira Gomes, Sérgio Abreu Mota, Jorge Paúl, Jorge Sampaio, José Abreu, José Felismino, Nuno Santos, Pires de Lima, Leonor da Palma Carlos, Isabel Gentil, Nuno Brederode dos Santos, Carlos Morais, Vítor Wengorowius, Rui Neves, Helder Costa, Rui Namorado, Laurinda Rodrigues, Jorge Lagido, João Alexandre, Almeida Faria e Almeida Fernandes.

Género	Nome
Movimento Associativo	Francisco Ferreira Gomes; Jorge Sampaio; Jorge Santos
Entrevista	Com Marcello Caetano; de Sérgio Vieira a Carlos Candal
Ensaio	Passos Valente
Texto teórico sobre direito	Diogo Freitas do Amaral
Poesia	Francisco Ferreira Gomes

Os professores nunca colaboram directamente no jornal, mas concederam entrevistas a propósito de assuntos bem definidos pela redacção, como foi o caso de Rubens Teixeira entrevistado por Fernando Midões, João Esteves da Silva, Marcello Caetano e Vieira de Almeida.

Em relação aos colaboradores observa-se também uma tendência para alargar a diversos sectores, tanto em matéria de sensibilidades políticas, culturais e religiosas, como em relação à presença de colaboradores de diversas faculdades, embora se mantenha fiel a um peso maioritário dos estudantes de Direito, afinal principais destinatários da publicação. Nota-se também um peso crescente de intervenções na área do associativismo e do ensino mas, na globalidade, os colaboradores procuram contribuir para uma formação integral do estudante tocando, por isso, áreas de saber diversificadas com forte contribuição para a cultura geral dos universitários.

6. Os conteúdos — qualidade e pluralidade de interesses

6.1 *Quadrante*: ou a representação da imprensa académica

Uma característica geral que notamos em *Quadrante* é, como já sublinhámos, a dimensão dos textos. Tal situação, que contribui fortemente para os problemas de paginação a que aludimos, segue de perto a tradição da maioria da imprensa diária portuguesa de então, e enquadra-se numa época em que era frequente o recurso à leitura, por parte de certas camadas sociais, como forma de informação, tanto mais que a televisão era um fenómeno muito recente, cujas emissões regulares datam só de Março de 1957. Ainda assim, a excessiva dimensão dos textos, no caso de *Quadrante*, relaciona-se com a sua função de jornal académico, onde predominam textos analíticos que seguem, de uma forma geral, o mesmo padrão argumentativo baseado no raciocínio lógico-dedutivo.

Quadrante n.º 11 de Março de 1962 dedica várias páginas (8, 9, 10 e 11) a uma peça de Francisco Ferreira Gomes: *A imprensa no meio universitário*. Este artigo é muito interessante porque discute o papel da imprensa associativa na formação do espírito universitário. A este propósito o autor nota *a rapidez sem*

precedentes dos meios de transmissão da imagem e da palavra, o cinema a rádio, a televisão, a imprensa” e “a relação que existe entre esta eficácia de intervenção e de poder sugestivo e o advento, depois de 1945, do princípio democrático, credor da opinião pública, ao nível da governação estadual e no campo mais extenso e delicado da cooperação internacional... (p. 8)

Depois de elogiar a objectividade como imperativo deontológico de quem escreve notícias, Ferreira Gomes interroga-se acerca da compatibilidade entre o critério de objectividade e o carácter formativo da imprensa e conclui que a imprensa tem uma função tripla de *advertir, aconselhar e instruir*. Assim entendida, a imprensa tem *a particular capacidade de constituir veículo de libertação*. E conclui afirmando que *a imprensa, é um instrumento ideal de inteligência pragmática, dirigida exactamente a essa situação de dinamismo, de vontade e de escolha — aqui e agora.* (p. 9)

Para Ferreira Gomes *espírito universitário é a capacidade virtual de conduta livre e criadora assente na assimilação de determinado tipo de cultura objectivada* (p. 9). Por isso, defende que o espírito universitário se estrutura em torno *da liberdade, responsabilidade e actualidade*. A tolerância surge como uma quarta dimensão desse espírito, alicerçada no método pedagógico de um ensino universitário que se deve pautar pela *livre discussão e dúvida sistemática* (p. 10).

É neste contexto que a imprensa pode desempenhar um papel de motor no desenvolvimento do espírito universitário, ao contribuir para um certo grau de libertação e, por isso, para uma consciente capacidade de escolha. Ora, um órgão universitário submetido a uma determinada confissão religiosa, ou matriz política, não pode contribuir para a formação do espírito universitário, pela ausência de uma vocação universal, atenta e solidária de todos os interesse humanos. Assim, o neutralismo *que é timbre dos jornais associativos permite, e não só ele, um perfeito decalque das características que em outro lugar apontei serem as do espírito universitário* (p. 11). Ferreira Gomes considera assim que *Quadrante, Via Latina e AEIST, se podem arrogar da representatividade de todos os estudantes e, em consequência, de uma virtualidade magnífica de libertação, assente no debate, na dúvida e na tolerância* (p. 11). E é a partir destas condições que Ferreira Gomes conclui sobre o carácter formativo da imprensa.

Usando um género argumentativo lógico-dedutivo, em que os eixos de análise funcionam como peças de uma engrenagem que se articulam umas nas outras para dar origem a um todo coerente, Ferreira Gomes expõe os valores que estão presentes no espírito universitário e explica como uma imprensa, livre de filiações partidárias e religiosas, pode contribuir para o seu desenvolvimento através conhecimentos diversificados, e é justamente por isso que pode simultaneamente fornecer quadros metodológicos para discussão livre e consciente, capacidade de escolha e tolerância.

Na verdade, a ideia defendida neste texto é uma constante transversal a todos os números. No Editorial do n.º 6 (Maio de 1960), um pouco à maneira de balanço do primeiro ano da existência de *Quadrante* enquanto jornal, lê-se:

pretendeu-se que a única orientação válida, e passível de efectivação prática num jornal da sua natureza, era dela fazer uma folha de debate, aberta a todas as tendências de ordem filosófica e cultural que hoje exprimam e possam contribuir amanhã para a formação e desenvolvimento duma verdadeira consciência universitária. Sem premissas ideológicas de qualquer espécie, que não pode nem deve ter, todo o princípio geral de orientação que a um órgão de imprensa universitária cumprir prosseguir é, em nosso entender, de ordem meramente metodológica: ao Quadrante não cabe assumir posições doutrinárias, mas simplesmente possibilitar, a propósito de problemas concretos de natureza associativa ou cultural no mais amplo sentido da palavra, o livre confronto e crítica de postulados e opiniões. Só assim um órgão de imprensa universitária poderá cumprir a sua missão: contribuir, pelo entrecortar de interrogações e respostas relativas à problemática fundamental da nossa época, para a estruturação de um corpo de princípios que amanhã naturalmente decorra duma universidade una e autónoma (1ª P.).

6.2. A promoção do debate de ideias

O papel de *Quadrante*, definido neste artigo de Ferreira Gomes é muito importante porque remete para uma constante que caracteriza este periódico académico e que o transforma numa tribuna credível por onde passam algumas disputas universitárias. *Quadrante* dá, de facto, voz a diversos sectores de opinião, mesmo quando os contesta. No princípio dos anos sessenta verificava-se, ao nível do Movimento Estudantil, uma bipolarização (Garrido:1996) entre os sectores católicos mais moderados e oposicionistas onde se aglutinavam diversas ideologias de esquerda (comunistas, republicanos, socialistas, etc.). *Quadrante* é também depositário deste ambiente e, pelas suas colunas, passam polémicas que indiciam esta situação.

Uma destas polémicas surge justamente a propósito da Universidade Católica que virá a ser fundada em 1967. Num artigo publicado em *Quadrante* (n.º 5, Março de 1960), sob o título *Laicismo e pedagogia*, Passos Valente defende que a Universidade não deve estar subordinada a princípios ideológicos ou mesmo princípios culturais básicos e uniformes. Defende o neutralismo na Universidade porque *supõe que a heterogeneidade de tendências e evita o imobilismo cultural* e, desta forma, contribui para a formação de espíritos livres e abertos. E em conclusão sustenta que *a sociedade politicamente organizada, não quer produzir, em vez de uma nação de homens um rebanho de intolerantes fanáticos, tem o dever de assegurar aos cidadãos um ensino emancipado de qualquer tutela autocrática ou teocrática* (p. 1).

No *Quadrante* seguinte (n.º 6, Maio de 1960), Miguel Galvão Teles responde a Passos Valente e afirma que, embora não sendo partidário da ideia de que a Universidade deve ser católica, entende que a Igreja tem o direito de ter a sua Universidade, tal como outros grupos culturais. Manifesta-se, no entanto, contra o neutralismo porque o responsabiliza por *levar a um parcialismo cultural, a uma desagregação objectiva da Universidade e a uma incoerência subjectiva dos seus membros* (p. 1).

Em conclusão, Galvão Teles afirma que, afinal, a questão do neutralismo não foi mais do que um pretexto para atacar a doutrina católica e em última análise atacar o direito de se ser católico. E, da mesma forma que Passos Valente tinha terminado o seu artigo com uma citação de Bertrand Russell, Galvão Teles escolhe também uma citação do mesmo autor para concluir: *o mundo precisa de corações e espíritos abertos, como sublinha Russell, tão abertos que admitam mesmo que se seja católico* (p. 14).

6.3. Os temas centrais na luta estudantil

O debate que se estabelece nos três números de 1960 centra-se no Movimento Associativo.

Quadrante — tema principal organizador por ano

Quadrante	Tema principal
1960 — n.º 4 Fevereiro de 1960	Movimento Associativo; Ensino
1960 — n.º 5 Março de 1960	Ensino; Alargamento das Associações de Estudantes
1960 — n.º 6 Maio de 1960	Ensino; Movimento Associativo
1961 — n.º 7 Fevereiro de 1961	O problema do recém formado; Fernando Pessoa
1961 — n.º 8 Maio de 1961	Unificação da Universidade; Movimento Associativo
1961 — n.º 9 Dezembro de 1961	Cinquentenário da Universidade de Lisboa; Movimento Associativo
1962 — n.º 10 Fevereiro de 1962	Cooperação entre professores e alunos
1962 — n.º 11 Março de 1962	O espírito universitário
1962 — n.º 12 ? de 1962	O Ensino e a Universidade

Pedro Ramos de Almeida faz um diagnóstico da situação do M.A. no título *Pelo alargamento das Associações de estudantes*, e, quando se interroga acerca do que fazer para unir os estudantes, conclui que é na resolução dos principais problemas académicos que se constrói a unidade estudantil. Então o que há a fazer é catalogar esses problemas e ouvir atentamente os estudantes. O autor traça então uma estratégia onde se alicerçava a auscultação dos colegas. A primeira questão central passa por criar um sistema de contactos que conduzisse

a uma aproximação entre os diversos estudantes. Estaria então aberta a via para um melhor conhecimento e apresentação dos problemas que se colocavam — aqui nasce a questão do convívio.

Por outro lado, Ramos de Almeida sugere reuniões para o tratamento específico dos assuntos que podiam originar comissões, ou secções da Associação de Estudantes. A título de exemplo, apresenta a ideia da criação de cooperativas de advogados como forma de responder aos problemas profissionais dos recém-licenciados, situação já então em estudo na Comissão Pedagógica da AE.

Em *Cooperação internacional de estudantes*, José Augusto Seabra lamentava a ausência de uma verdadeira cooperação internacional que se situasse ao nível da troca de experiências pedagógicas, culturais, científicas e técnicas, de entre ajuda no plano económico e social, e que contribuísse para um entendimento pacífico entre os povos, de onde resultaria um enorme enriquecimento. Traça de seguida um historial da organização internacional de estudantes e lamenta os condicionalismos que internamente impedem uma maior participação dos estudantes portugueses nos fóruns internacionais.

A questão do convívio regressa ao jornal agora como tema central no n.º 5 (Março de 1960). Em *A batalha do convívio*, Pedro Ramos de Almeida pretende demonstrar a importância do convívio: *os diferentes aspectos que ele pode e deve assumir na nossa vida de universitários—e particularmente sobre a forma de contacto pessoal—, as causas que se têm oposto ao seu desenvolvimento e muito principalmente, destacar e seriar novas e velhas ideias capazes de promoverem o alargamento e o fortalecimento do convívio entre todos nós e com aquelas camadas, de jovens, ou não, de que não nos podemos alhear.*”

Ramos de Almeida considera o convívio indispensável face à vastidão de conhecimentos que nenhum homem sozinho pode alcançar. Assim, a partilha, a união, a entre-ajuda perfilavam-se na luta contra o individualismo, como forma de partilha social: *Só esse convívio, essa união e essa entre-ajuda, dos diversos homens, das diversas formações, das diversas culturas, conseguirão isolar e derrubar os mitos nascidos dum desconhecido com que se especula, e fazer nascer uma nova tolerância e uma nova compreensão e simpatia humanas, baseadas no respeito do que deve ser respeitado e no desrespeito completo do que não o merece.* O convívio situa-se assim na base do alargamento das A.E., daí a necessidade de estudar formas concretas de fomento do convívio como forma de desenvolvimento dos laços de simpatia entre universitários.

Por sua vez, Jorge Santos, ao contrário de Pedro Ramos de Almeida, não atribui o desinteresse pela participação nas actividades das AE só ao isolacionismo que anima os jovens à entrada na Universidade. Na peça intitulada *Pelo alargamento das Associações de Estudantes*, Jorge Santos entende que há outros problemas de formação que antecedem a entrada dos estudantes na Universidade: durante os sete anos do curso do liceu *o estudante limita-se a*

receber, sem nada oferecer em contrapartida, a não ser muitas energias, gastas a decorar os antipáticos compêndios cheios de rios, serras, equações. E todavia que potencial de actividade se não encara na juventude liceal...Que oportunidade magnífica para formar jovens conscientes das suas responsabilidades de homens de amanhã! (p. 10)

Ou seja, o que Jorge Santos defende é o alargamento das A.E. aos estudantes do ensino liceal, forma de os retirar da tutela da Mocidade Portuguesa, e de os tornar mais activos, cooperantes e interessados na solução dos seus problemas através das formas associativas. Se assim fosse, a sua entrada na Universidade correspondia a um estado de consciência maior e, por isso, mesmo a uma participação mais activa e empenhada nas associações.

Os três números correspondentes ao ano de 1961 obedecem, segundo os seus responsáveis, a uma melhor planificação e, cada um deles, abordará um assunto de interesse para os universitários. *Quadrante* n.º 7 é dedicado ao problema do universitário recém-formado, (ver quadro anterior). Vários alunos do 5º ano relatam as suas dificuldades, preocupações, projectos futuros e apresentam mesmo a impossibilidade de seguir carreira na magistratura, vedada às raparigas. Paralelamente, alguns licenciados com níveis de experiência e idades diferentes apresentam artigos de natureza mais teórica, como é o caso de Gomes Mota e João Esteves da Silva.

Quadrante n.º 8 regressa à questão do convívio através de vários títulos. Num deles José Lebre de Freitas apresenta a posição da Associação Académica de Direito acerca da circulação de boatos a propósito do I Encontro Universitário de Convívio, realizado em Coimbra, em 4 e 5 de Fevereiro de 1961, que redundaram numa enorme campanha contra o Movimento Associativo veiculada através dos jornais *A Voz* e *Novidades*.

A Coimbra confluíram naquelas datas estudantes das Academias de Lisboa e Porto. Um dos aspectos a debater era a criação da União Nacional dos Estudantes Portugueses, que nunca foi conseguido. Mas este encontro propiciou um debate em torno dos aspectos associativos fundamentais tais como: autonomia das associações de estudantes; intercâmbio com organismos estudantis estrangeiros; melhores condições económicas na vida dos estudantes; reforço da dimensão formativa do ensino universitário. (Garrido, 1996:104)

Ora, foi justamente em torno de questões laterais aos assuntos centrais debatidos naquela reunião que contribuíram para uma acesa polémica, ateadada pelos sectores académicos mais conservadores, então na oposição (a direita estava arredada das direcções associativas). Centraram-se, na sua contestação, em questões de natureza moral e religiosa para de seguida acusarem as A.E. de praticarem uma política subversiva. Circularam então boatos acerca da conduta moral de algumas universitárias de Lisboa e do Porto que foram ampliados através da circulação de panfletos anónimos. O diário monárquico e católico, *A Voz*, (17 de Março) foi particularmente activo na campanha: acusa os convívios de

mascaradas comunistas, e aproveita para atingir o movimento associativo. Tal campanha acabou por ter um efeito contrário ao pretendido: reforçou o prestígio do Movimento Associativo, contribuiu para o isolamento das direitas, estimulou o debate nas organizações católicas estudantis, aproximou a tendência progressista da Acção Católica da necessidade de convívio e conduziu ao silêncio a MP e MPF. (Garrido, 1996: 106)

A 19 de Abril, Marinha de Campos publica, na *Via Latina*, um texto que levanta nova polémica: *Carta a uma jovem portuguesa*. Este texto problematiza a situação de desigualdade entre universitários e universitárias e preconiza a integração plena das jovens na vida académica e associativa. Nova campanha é aberta pelo jornal *A Voz* e pelo *Novidades* mas, agora, sem apoio dos organismos católicos estudantis. Esta carta contribuiu vivamente, como nota Garrido (1996), para colocar à sociedade portuguesa problemas novos acerca da condição feminina e do papel da mulher na sociedade.

É justamente sobre estas questões que a Direcção da AAFDL toma posição e termina assim o extenso artigo:

*As A.A. têm vindo a fortalecer progressivamente, mercê do esforço desinteressado de universitários que por elas têm dado até ao sacrifício o melhor das suas energias. As suas realizações têm sido sucessivamente mais amplas, a época é de verdadeira tomada de consciência global da síntese dos problemas do estudante português. Luta-se lucidamente pela defesa dos interesses deste, enquanto estudante e enquanto Homem de uma cidade futura. Procura-se inclusivamente através da participação nos organismos universitários, levar até à gerência da Universidade a sua aspiração a uma prossecução mais eficiente da totalidade dos fins desta. Intensificam-se os contactos entre os universitários espalhados pelas três academias do país; a todo o custo se busca criar condições para uma união estudantil à escala nacional. E, então, porque se tem feito alguma coisa e muito mais se procura fazer, surgem os demolidores hipócritas, o batoteiro e panfleteiro anónimos, o indivíduo que, nas Assembleias Gerais, nas Assembleias Magnas, vai mentindo e insinuando, para fins que não se atreve claramente a confessar. Tudo isto seria, apenas profundamente triste, se não fosse também extremamente grave. Existe hoje toda uma campanha em torno das A.A., e da nossa em particular que vai procurando minar pouco a pouco o trabalho associativo, senão comprometer a sua mesma sobrevivência. Em resposta a este estado lamentável de coisas, não chega, como se tem feito, protestar junto das entidades universitárias e governamentais. Não basta, como agora se faz processar o jornal *A Voz* pelas calúnias a que deu abrigo. É necessário sobretudo actuar junto de todo o estudante universitário, chamá-lo ao contacto directo com o trabalho da sua associação, para uma consciencialização plena do que dele se pretende e do que por ele se tem feito. À torpeza dos inimigos das A.A., há que responder com o redobrar da nossa actividade e do nosso entusiasmo juvenil e incorrupto. É preciso que cada um encontre em si, pelo menos, uma resposta*

idêntica à de grande número de universitários de Coimbra, aquando do aparecimento do primeiro artigo de A Voz: preparava-se para vir a Lisboa um autocarro de participantes para o fim-de-semana do Dia do Estudante; pois a reacção foi espontânea: vieram quatro! (p. 6)

Quadrante não só reflecte sobre os problemas que se colocam ao estudante de Direito como o integra num quadro mais vasto das academias do país, fornece informação actualizada acerca das questões fundamentais e promove o trabalho associativo no contexto de uma luta mais global dos organismos federativos. É justamente o que observamos de novo num extenso artigo de Jorge Sampaio e de Jorge Santos, então dirigentes da AAFDL.

Movimento associativo universitário em Portugal, (Quadrante, n.º 9; ver quadro), equaciona a situação de a AAC ser a única estrutura representante de todos os estudantes da academia, o que lhe confere uma enorme representatividade, mas, ao mesmo tempo, a afasta dos problemas concretos de cada um dos cursos das diversas faculdades. A este propósito notam que a situação deve servir de exemplo para a Academia de Lisboa e do Porto:

A grande lição a tirar parece mesmo ser esta: quando, em qualquer destas duas Universidades, se pensa numa Federação Académica, não se devem perder de vista as Associações próprias de cada Escola. Uma Federação Académica em Lisboa é amplamente desejável. Mas, se algum dia ela vier a existir, grande erro será relegar então para plano secundário as Associações de Estudantes. Estas devem sempre servir de infra-estrutura administrativa ou hierárquica da Federação porque, o estudante de Direito sentirá e viverá mais fortemente a Associação da sua Faculdade do que uma Federação Académica que dele está muito afastada. Daqui nasce também a necessidade de criar Associações Académicas em todas as Faculdades onde ainda não existam e de defender energeticamente aquelas que já possuímos. (p. 9)

Segundo os autores, nada pode ser feito sem a Academia de Coimbra— *Ainda no passado ano lectivo isso foi bem demonstrado: nunca, até então, se caminhara tão decisivamente para o conhecimento e ajuda mútuos entre os estudantes, em parte porque a Academia de Coimbra nunca se decidira a colaborar tão abertamente com as outras Associações portuguesas (p. 9).* Todavia, no Porto verifica-se uma maior debilidade das estruturas organizativas, existem só três organismos associativos: a Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia, o Orfeão Universitário de Porto e o Teatro Universitário de Porto. Os autores excluem o CUP - Centro Universitário do Porto, por se tratar de uma estrutura dependente financeiramente da MP e onde os corpos directivos não são eleitos pelos estudantes, mas nomeados pelo Ministro da Educação Nacional e pelo Reitor na Universidade do Porto.

Sampaio e Santos concordam que o primeiro grande impulso no andamento de estruturas como a RIA foi, em 1956 o decreto 40900: *nesse momento os*

diversos dirigentes associativos de todo o país viram-se perante um problema urgentíssimo e de importância transcendente, e pressionados pelas próprias circunstâncias, souberam abordá-lo corajosa e eficientemente (p. 9).

Os autores detêm-se, por fim, numa análise do que falta ao Movimento Associativo e sublinham que falta: 1. Um regime legal adequado às necessidades; 2. Uma compreensão mais clara da posição de cada um; 3. Associações de Estudantes em todas as Escolas; 4. Participação dos estudantes no governo da Universidade.

Particularmente interessante, por se tratar de uma preocupação transversal que emerge dos textos de *Quadrante*, é a tónica sublinhada pelos autores em relação à necessidade de diálogo entre os diversos intervenientes no M.A., a promoção do debate aberto e livre, da crítica mútua, da equação dos problemas estudantis como contribuição esclarecida e valiosa para a melhoria da vida universitária.

Um outro aspecto que destacamos neste artigo, porque tem precedentes nos jornais anteriores e será abordado nos jornais seguintes, é a participação dos estudantes no governo da Universidade. Jorge Santos e Jorge Sampaio referem-se nestes termos ao problema: *Trata-se de uma comunidade onde só uns querem, podem e mandam —os professores— e onde só os outros obedecem —os alunos. Onde é apelidado de “reivindicação” (palavra a que, de antemão, se deturpou cuidadosamente o sentido, colorindo-o de um tom mais ou menos avermelhado) qualquer esforço que estes façam para que, muito simplesmente e como impõe o bom senso, a teoria se adequue à prática. Onde é considerado ofensivo um mero protesto que os estudantes formulem, nem que seja por os exames terem sido marcados com desrespeito pela lei (singular inversão de posições, esta pela qual o ofensor, sem mais aquelas, se transforma em ofendido...)* (...) *“Falta a participação activa, consciente esclarecida, no governo da Universidade, de representantes dos alunos (p. 7)*

Os três últimos números de *Quadrante* correspondem já a uma outra direcção AAEDL. José Vasconcelos Abreu, José Felismino, Vítor Wengorowius, Correia de Campos faziam parte dos quadros da direcção da AADL, Jorge Sampaio, tinha, entretanto sido eleito para Secretário-geral da RIA, cargo que desempenhará também no ano lectivo seguinte. Fiel a si mesmo, *Quadrante* abre o ano de 1962 (ver quadro) com um número inteiramente dedicado às relações entre professores e alunos.

O Editorial do n.º 10, situa o assunto na seguinte perspectiva: *A cooperação entre professores e alunos afigura-se fundamental mas é necessário desde logo definir o que se entende por cooperação: É preciso, sobretudo, evitar a tentação de assimilar ao servilismo, à subserviência. Tais estados de espírito são incompatíveis com a qualidade de universitário. A cooperação é necessária, mas o fosso existe. Factos recentes, como a exclusão quase total dos estudantes do acto solene da inauguração do novo edifício da reitoria ou com a exclusão total dos*

estudantes da gestão do Restaurante Universitário, aí estão a comprová-lo plenamente. Tais factos que num plano teórico pareciam revestir-se de um significado de extraordinário relevo na vida académica, vieram na prática a ser transformados não se sabe bem em quê (p. 1 e 16).

O assunto é abordado em diversos textos e por diversos intervenientes: *A cooperação na Universidade* de Jorge Santos logo na primeira página, depoimento de três estudantes sobre a cooperação entre professores e alunos, *A Universidade e as corporações Universitárias*, por Pires de Lima e uma entrevista ao Professor Vieira de Almeida. A questão central é, na verdade, desenvolver um quadro argumentativo que defenda a participação de representantes dos estudantes no Senado Universitário e nos Conselhos Escolares.

Vejamos então como é enquadrado o problema que arranca com o assunto na primeira página. Em *A Cooperação universitária*, Jorge Santos parte do princípio de que a preparação de técnicos e investigadores constitui um património de grande valor e deve ser mantido à margem das oscilações dos barómetros políticos e das convicções ideológicas dos regimes vigentes.

Para o desempenho desta missão, a Universidade não pode ser um instrumento de acção política ou de divulgação ideológica e é, neste sentido, que se coloca a questão da autonomia da universidade e da liberdade de ensino, como condição fundamental para a circulação de ideias.

A autonomia significa antes de mais o reconhecimento da capacidade de autogestão dos seus membros. Mas é na definição de quem são afinal os seus membros que Jorge Santos conclui serem os professores e os alunos. Para o autor, *a autonomia da Universidade representa o reconhecimento da capacidade dos Professores e dos Alunos para a autogestão* (p. 4) e é por isso que a atribuição da gestão só a um dos seus membros, os Professores, com a exclusão dos Alunos, representa a negação da autonomia universitária. O autor defende ainda que a cooperação sem igualdade não é cooperação, mas sim, submissão apresentada, por sua vez, como negação do espírito universitário, essencialmente livre por definição. Esta cooperação deve ser realizada tendo em conta uma posição de igualdade entre professores e alunos, reconhecimento dos interesses específicos de cada um deles, bem como dos seus órgãos representativos, e por isso defende a representação de estudantes no Senado Universitário e nos Conselhos Escolares.

A Universidade e as corporações universitárias é um artigo em que Pires de Lima defende o mesmo princípio de participação dos estudantes no Senado e Conselhos Escolares, mas argumenta de forma diferente. Centra-se na questão da corporação universitária: *A falsificação da corporação universitária isolou os alunos dos professores, já separados por desigualdades naturais, suprimindo os laços e deveres que podiam tornar essas desigualdades suportáveis. Hoje os que ensinam parece que o fazem sem fé na capacidade dos que aprendem; os que*

aprendem não acreditando nos que ensinam, também não crêem no que lhes é ensinado (p. 5).

Apesar de tudo, pensa que são as organizações de estudantes quem mais tem contribuído para o surto de uma ideologia comum e acrescenta: *Talvez por isso mesmo, surgiu o Decreto-Lei 40.900 com o intuito de dar ao Ministério da Educação Nacional a possibilidade de controlar a formação, destas associações e dirigir todos os movimentos estudantis. A participação de estudantes nos Conselhos Escolares e no Senado universitário tem sido afastada porque se pensa que a participação naqueles órgãos magistrais não pode caber a estudantes, à custa desta exclusão os assuntos dos estudantes são ignorados por aqueles órgãos.* (p. 5)

O *Quadrante* n.º 11 (Março de 1962) é dedicado ao espírito universitário. Diversos artigos confluem para esse tema: Carlos Morais escreve sobre *Formação de um verdadeiro espírito Universitário*, a entrevista ao Professor Miguel Reale sobre *O espírito universitário tem validade objectiva e transpessoal*; entrevista a Vítor Wengorowius, vice-presidente da Direcção da Associação Académica de Direito.

Carlos Morais que neste número é o responsável pela delegação no Porto de *Quadrante*, apresenta assim o assunto: *A vida dentro da Universidade é um perpetuar de conformismos cómodos; parece até que se institui deliberadamente no espírito do universitário a ideia de que tudo o que venha do mestre é sagrado e incriticável, e que a Universidade é o melhor dos paraísos que se pode proporcionar ao estudante. Tal atitude não é afinal mais do que institucionalizar o magister dixit escolástico.* (...) *Não é com atitudes pessoais do professorado que o ensino se modifica, mas sim com Reformas profundas e gerais, como também não é com esmolas à 6ª feira que se resolve o problema da pobreza. Ambas as atitudes só podem ter como mérito (ou antes demérito), proporcionar uma consciência tranquila do “dever cumprido”* (p. 1)

Para o autor, o espírito universitário consiste num somatório de situações tais como: quantidade e qualidade de informação; normas morais e sociais adquiridas com outros estratos sociais; problematização do conhecimento; a não sujeição a paternalismos catedráticos.

Estes números de *Quadrante* traçam um perfil de uma universidade envelhecida, retrógrada, desinteressante, desactualizada, baseada num ensino escolástico, na memorização, na sebenta e que por fim recusa a participação dos estudantes em órgãos académicos. Uma universidade com tais características em nada pode contribuir para a formação de um espírito universitário que, pelo contrário, se deve forjar no debate, na problematização de assuntos, na diversidade de pontos de vista e na participação e responsabilização do corpo discente.

Foi mediante este enquadramento, fornecido por estes dois *Quadrante*, que o n.º 12 (s/d 1962) surge dedicado ao *Ensino e à Universidade*. É publicado após a controvérsia criada em torno das comemorações do dia do estudante que, por sua vez, marca a agudização da crise académica. A Universidade estava ao rubro e o editorial anuncia a hecatombe:

Quadrante crê chegada a hora de, chamando a si a expressão da opinião comum, declarar guerra ao tradicional amadorismo que, motor das realizações estudantis, as vem condenando à ineficácia. Ou, no que mais estreitamente o atinge, Quadrante constata a deplorável ignorância ainda reinante entre os estudantes, no que respeita a questões do seu mais directo interesse. (p. 24)

A crítica fortíssima feita à Universidade nos números anteriores tem agora uma expressão ainda mais directa e incisiva, situada no campo mais preciso do ensino. Helder Costa e Rui Namorado, em *Da Universidade caduca à Universidade Nova*, contestam a situação em que o ensino universitário se encontra submerso, ministrado por profissionais estáticos que contribuem directamente para a formação de outros exactamente com as mesmas características. Os estudantes notam que o processo de ensino se apoia na memória reprodutora de sebatas e, *combate e amesquinha o espírito crítico dos alunos, as suas tentativas tímidas de dinamização da matéria ...temos uma hiper-especialização teórica, com afastamento directo do conhecimento prático, de contactos coma realidade social, que está em vista, em última análise*. Por outro lado, salientam que o aumento de estudantes não teve correspondência no aumento do corpo docente e o professor que já antes tinha dificuldade em comunicar com os alunos, agora transformou-se em conferencista para um auditório de estudantes passivos que só comunicam com o mestre na altura do exame, *ou seja, num tribunal sem apelação onde se vê sujeito frequentemente a um regime discricionário, onde pode perder todo o trabalho de um ano*.

Sublinham que um ensino com estas características tem um efeito perverso na formação dos estudantes: *dá origem a um individualismo feroz na massa estudantil, com o conseqüente abandono e desprezo dos conceitos de solidariedade e ajuda mútua que devem coordenar indivíduos destinados à prossecução de fins comuns para uma utilidade social*. Consideram a universidade incapaz de uma verdadeira autonomia. O trabalho associativo é criticado: *não podem tomar iniciativas, as suas reivindicações não são aceites, são perseguidos e castigados, quando tomam uma atitude mais positiva perante qualquer problema* (p. 4). Acusam a universidade de ser subserviente perante posições externas e não hesita em atacar uma dos seus elementos constituintes que são os estudantes, em manifesta discordância com a concepção corporativa que diz seguir.

A universidade é necessária porque o desenvolvimento do país está dependente de bons engenheiros, médicos, economistas, e a falta de um ensino eficaz resulta na debilidade da preparação dos seus técnicos. É por isso que os

autores defendem que a Universidade tem que se *transformar num centro de formação profissional moderno e eficiente*. Deve ainda fomentar a atitude crítica dos estudante e a criatividade como formas de dinamizar a investigação científica. Estas alterações não podem ser alcançadas sem que antes se tenham propiciado algumas transformações ao nível do corpo docente. Assim, *a preparação pedagógica dos mestres parece-nos um dado fundamental para a viabilidade de uma orientação nova do ensino; e mais do que isso, a criação de condições materiais que lhe permitam uma estruturação racional*. Para os autores, a universidade tem ainda que cumprir um outro papel na formação dos estudantes para que eles estejam habilitados a *desembarcar na vida com uma perspectiva lúcida do mundo que o rodeia*, o que se conseguirá através da cultura que a universidade deve transmitir. Quando a universidade cumprir estes objectivos *então podemos dizer ao povo para se orgulhar dela, que ela o poderá ajudar na luta por uma vida melhor* (p. 4).

Mas a crítica frontal feita à universidade e ao ensino universitário tem continuidade num estudo detalhado sobre o ensino em Portugal. Em *Autópsia do ensino*, da autoria de Almeida Faria, Almeida Fernandes e Nuno Brederode dos Santos, analisa-se todo o sistema de ensino em Portugal, do Primário ao Ensino Superior, denuncia-se a sua grave crise que afecta a produção e, em última instância, o desenvolvimento do país. Alertam mesmo para o facto de os Planos de Fomento ficarem aquém das expectativas por falta de técnicos. O texto é um libelo acusatório ao sistema de ensino ineficaz e retrógrado que o Estado Novo criou.

A abertura é feita a partir da frase de Salazar, *Ou refazemos a vida refazendo a educação, ou não fazemos nada de verdadeiramente útil*, e prosseguem, no plano imediato, com a apresentação de dados objectivos — 40% da população metropolitana é analfabeta, quase um terço das crianças em idade escolar não vai à escola e sublinham:

Uma débil estrutura económica que se avalia num dos mais baixos índices europeus de rendimento nacional per capita, o menor consumo de energia, leite, carne, tecidos de lã e algodão, dos menores números de médicos, leitos de hospital, jornais, ou rádios e televisões. Um povo que não tem um consumo médio alimentar que atinja o mínimo suportável de calorias. E o nível cultural acompanha esta situação. Ao lado de uma elevada taxa de analfabetismo de cerca de 75% da população total. Ao lado de uma extraordinária falta de informação, uma esmagadora ausência de quadro técnicos, um quase inexistente sistema de segurança social (p.. 12).

Por isso alertam para os aspectos negativos que explicam a situação de atraso do país: mais baixo número de anos do ensino primário; parte considerável da população está mergulhada no analfabetismo; faltam escolas; faltam os professores e metade da população em idade escolar não vai à escola. Uma minoria prossegue estudos para além da 4ª classe e, por isso, começam a trabalhar entre os 9 e os 11 anos de idade.

Em relação aos estudantes que entram no liceu, a maioria não passa do 5º ano e uma grande parte não o atinge, para os que ficam, a percentagem de reprovações é de 50% no 2º ciclo, mais de 50% no 3º ciclo. Pela situação responsabilizam o sistema de ensino, o sistema pedagógico envelhecido e sem interesse, os programas desactualizados e corpo docente mal preparado.

Em relação à situação do ensino superior que analisam detalhadamente, sublinham que entre 1950 e 1960 a frequência total do ensino superior aumentou de 16.018 para 23.877, mas, simultaneamente, o número de licenciados passava de 1470 para 1622. *A um aumento do efectivo de 49% correspondeu um aumento de 10% nas conclusões!* E por isso concluem que *é diminuta a frequência do Ensino Superior em relação à população; é baixíssimo o aproveitamento dos efectivos totais, sendo anormal o número de reprovações; declínio dos ramos de ensino mais urgentes: o ensino relativo à Agricultura e Pecuária e sobretudo a Engenharia e Medicina. Este ponto foi a linha determinante do recente Congresso do Ensino de Engenharia levado a efeito no IST; os efectivos aumentam consideravelmente nas Faculdades de Direito e Letras e sobretudo nas Escolas Militares. Estes números e tendências põem em risco qualquer plano de desenvolvimento social e económico* (p. 17).

Numa alusão a António Sérgio, consideram os aspectos pedagógicos decadentes e o ensino abstracto, verbalista, livresco, descritivo e mnemónico. O professor situa-se no centro do processo de ensino e aos alunos pede-se que registem passivamente os conhecimentos como se de máquinas registadoras se tratassem.

Sublinham ainda os efeitos das questões económico-sociais e notam que 7 ou 8 em cada 10 portugueses, tanto em matéria de estudos como profissionalmente, ficam à partida limitados por questões económicas e sociais, porque os baixos salários dos pais impossibilitam os estudos e impedem novas escolhas profissionais, por isso *apenas 10% da população portuguesa tem facilidade em fazer chegar os filhos à universidade, 30% ainda o pode fazer mas com grande sacrifício, e os restantes 60% não têm quaisquer possibilidades normais. Assim, no ano de 1960, em Portugal, na Europa do século XX, 7 ou 8 em cada 10 portugueses que nascem vêem a sua formação cultural e profissional limitada (ou mesmo impedida) por uma injusta situação social* (p. 18) E, por fim, concluem que a universidade está em crise e é por isso urgente *uma reforma do ensino no sentido da democratização ou seja da possibilidade do acesso ao ensino por todas as camadas sociais.*

Esta peça, que ocupa nove páginas das vinte e quatro desta edição, termina a contundente crítica ao regime com uma proposta, cujo destinatário era o Presidente do Conselho de Ministros e exigem uma reforma do sistema de ensino que resolva o problema pedagógico através da modernização dos programas, da inclusão dos estudantes no processo, de um ensino centrado na valorização da solidariedade, na formação de professores, na criação de centros de orientação profissional, e no aumento de anos de ensino obrigatório e gratuito.

Mas a proposta dos estudantes vai muito mais longe e apresenta claramente, como condição prévia a qualquer reforma, *a modificação da política económica do Estado para com o ensino. A longo prazo deverá traduzir-se num sistema que permita o acesso a todos os graus de ensino, de todas as classes sociais* (p. 19) Para esse efeito propõem um sistema de bolsas de estudo; uma campanha de educação nacional com papel de destaque para as campanhas de alfabetização, luta aberta contra a ideia de que o estudo é um luxo e a abertura da universidade aos problemas nacionais.

O texto termina com um apelo ao Presidente do Conselho — *refaça-se a educação quanto antes ou em breve teremos o anacronismo por timbre desta nação. É tempo de pôr os pontos nos ii no que toca a conceitos de patriotismo* (p. 19)

Este número constituiu um enorme desafio ao governo de Salazar, desafiava a sua autoridade, desacatava as suas ordens e sobretudo punha a ridículo as contradições do regime em matéria de educação. Por outro lado, desafiava também a autoridade da universidade, punha a nu o seu espírito arcaico, desmascarava a incompetência, a ausência de estímulo dos docentes mergulhados no marasmo de um ensino escolástico, rotineiro, ultrapassado e desajustado das necessidades do país.

Quadrante é proibido naturalmente pelo conteúdo das suas páginas. Mas é seguramente proibido, também, pela necessidade de reposição da autoridade do regime e insere-se no conjunto das medidas de repressão levadas a cabo para controlar a agitação estudantil. A crise académica, iniciada no ano anterior (1961) com um momento alto de crispação estudantil a propósito do I Encontro Nacional de Convívio em Coimbra, a onde confluem dirigentes associativos e outros estudantes de Lisboa e Porto, consubstanciava o seu quadro reivindicativo na luta contra a legislação sobre as actividades circum-escolares, entre outros aspectos, que regulavam a actividade das associações de estudantes. Por isso a questão central que se colocava era a da autonomia do movimento associativo, pelo menos a partir de certo momento da crise, como nota Marta Duarte (1997).

Em 1962, e apesar da proibição das comemorações do dia do estudante, os universitários realizam-no mesmo assim. A polícia invade a universidade e prende estudantes. As academias de Coimbra e Lisboa decretam luto académico e organizam desfiles em Lisboa. As medidas de repressão não se fazem esperar: mais prisões de estudantes, a Associação Académica de Coimbra é suspensa, os dirigentes das associações de estudantes de Lisboa são suspensos, é emitido um decreto que permite ao Ministério da Educação Nacional proceder disciplinarmente contra os estudantes. É o contexto da suspensão de *Quadrante*.

Conclusão

Quadrante é um jornal académico com uma vocação universalista que não se circunscreve à Faculdade de Direito de onde é originário e pretende atingir o

público da academia de Lisboa e de outras cidades universitárias. Os assuntos abordados nas suas páginas são preocupações transversais ao movimento associativo e o elevado nível dos seus textos denota as inquietações de uma elite estudantil muito interventora.

Através de *Quadrante* ficamos a conhecer os interesses culturais, as suas representações do ensino, a sua opinião distanciada em relação à universidade, aos professores, à relação entre professores e alunos. Mas conhecemos também as suas expectativas em relação ao que a universidade devia ser, à vida profissional, e à situação do país e, não menos importante, as suas estratégias de intervenção no movimento associativo e a sua linha de acção.

O jornal devolve-nos também uma imagem de uma geração inquieta, inconformista, com um forte espírito crítico, com capacidade de organização, que sabe o que quer e com preocupações políticas que transcendem a estreita visão do quotidiano nacional do Estado Novo e que, simultaneamente, procura novas soluções, nega um papel de subalternização e luta pela promoção de mudanças no universo académico onde se movimentava.

Ao mesmo tempo, *Quadrante* devolve-nos ainda a ideia de pluralidade na luta académica, se considerarmos que ele espelha também as divergências e as convergências de várias tendências que, à esquerda se manifestavam no Movimento Associativo dos anos 60. *Quadrante* reflecte assim a acção de uma elite de dirigentes estudantis fortemente determinados no desenvolvimento do movimento associativo.

BIBLIOGRAFIA

DUARTE, Marta Benamor Lopes Coutinho, (1997) *Foi apenas um começo. Crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos sessenta e da luta contra o Estado Novo*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, policopiado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

DURÃO, Vasco (2002). *Intervenção Socialista. História e política de uma elite de esquerda (1958-1978)*, Lisboa: Livros Horizonte.

FERREIRA, José Medeiros (1999). “O movimento estudantil nos anos sessenta”, In *Maió de 1968 trinta anos depois*, Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea.

FERRO, João Pedro (Org.), (1996), *A Primavera que abalou o regime. A crise académica de 1962*, Lisboa: Editorial Presença.

FONTES, Paulo F. de Oliveira (1999). “Universidade e Estado Novo nos anos 50: a crise académica de 1956-57 e o movimento estudantil”, In *Maió de 1968 trinta anos depois*, Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea.

GARRIDO, Álvaro, (1996), *Movimento estudantil e crise do Estado Novo Coimbra 1962*, Coimbra: Minerva.

LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge, PENA, Paulo, (2001) *Grandes planos. Oposição estudantil à ditadura, 1956-1974*, Lisboa: Âncora Editora.

MARTINS, Fernando (1994). “Uma sociedade em mutação”. In Fernando Rosas (Org.) “As mudanças invisíveis do pós-guerra”, J. Mattoso (Org.), *História de Portugal*, Vol. 7. Lisboa: Círculo dos Leitores.

MOREIRA, António (1990). “A crise: do terramoto Delgado ao golpe de Beja”. In António Reis. (Org.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*. Vol.5. Lisboa: Publicações Alfa.

ROSAS, F. (1994). “Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo” (1959-1974). In J. Mattoso (Org.), *História de Portugal*, Vol. 7. Lisboa: Círculo dos Leitores.

ROSAS, F. (1994). “Saber durar” (1959-1974). In J. Mattoso (Org.), *História de Portugal*. Vol. 7. Lisboa: Círculo dos Leitores.

ROSAS, Fernando (1990). “Dos estertores da crise à paz podre”. In António Reis. (Org.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*. Vol.5. Lisboa: Publicações Alfa.

ROSAS, Fernando (1990). “O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958”. In António Reis. (Org.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*. Vol.5. Lisboa: Publicações Alfa.

ROSAS, Fernando (1999). “Estado Novo, universidade e depuração política do corpo docente”. In *Maió de 1968 trinta anos depois*, Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea.

TORGAL, Luís Reis (1999). *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra: Minerva.